



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Ata da Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 3º Quadrimestre de dois mil e vinte e um, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101, de 04 de maio de 2000), convocada através do Edital de Convocação nº 001/2022, datado de 11 de fevereiro de 2022 realizada no dia vinte e um de fevereiro de dois mil e vinte e dois, às dezoito horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato” da Câmara Municipal de Jaguariúna, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, nesta Cidade. Tendo em vista o período de emergência em saúde pública devido à Pandemia do Coronavírus e a Portaria 086 de 2022, a Audiência Pública aconteceu de forma semi remota, onde estiveram presentes na Casa os Srs. Afonso Lopes da Silva, Erivelton Marcos Proêncio, Francisco de Souza Campos e outros acessaram a sala de conferência, e a Audiência Pública foi transmitida pelos meios de comunicação da Câmara Municipal; também presentes os senhores: Fernando Moraes e Elisanita Moraes. O Senhor Erivelton Marcos Proêncio, Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, presidiu a Audiência, e convidou os srs: Vereador Francisco de Souza Campos e Elisanita Aparecida de Moraes, Secretária Municipal de Finanças, para comporem a Mesa, auxiliando nos trabalhos. A seguir, o senhor presidente cumprimentou a todos, dizendo que estavam ali reunidos para realizar a Audiência da Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do terceiro quadrimestre de dois mil e vinte e um, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei nº 101, de 04 de maio de 2000, realizada em vinte e um de setembro de dois mil e vinte, às dezoito horas, na Sala de Sessões da Câmara Municipal; disse que tendo em vista o período de pandemia e de emergência em saúde pública que estavam vivendo, por conta do Coronavírus e também através da Portaria 086/2022, a Audiência Pública seria transmitida pelos meios de comunicação da Câmara Municipal através do [facebook.com/camarajaguariuna](https://www.facebook.com/camarajaguariuna) e do [youtube.com/camarajaguariuna](https://www.youtube.com/camarajaguariuna) e a participação da população se daria através do email: imprensa@camarajaguariuna.sp.gov.br; deu, naquele momento, a abertura oficial à Audiência Pública. A Senhora Secretária cumprimentou a todos e fez as demonstrações das Receitas previstas em 2021 e as realizadas até o terceiro e ultimo quadrimestre de 2021, e também reforçou que responderia a todas as perguntas que houvesse naquela Audiência; a seguir, deu início às seguintes apresentações gráficas. 1- Apresentação da audiência pública de Metas Fiscais 3º Quadrimestre de 2021; 2) Demonstração das receitas previstas em 2021 e as realizadas até o quadrimestre; 3) Demonstração gráfica com os percentuais de cada receita; 4) Arrecadação mensal e deduções do ICMS até o quadrimestre; 5) Apresentação das despesas previstas para o exercício e as despesas empenhadas e liquidadas até o quadrimestre; 6) Demonstração gráfica com os percentuais de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



cada despesa por grupo; 7) Saldo dos restos a pagar desmembrado por exercícios; 8) Saldo da dívida consolidada no 1º e 2º quadrimestre; 09) Detalhamento do saldo da dívida consolidada no quadrimestre; 10) Demonstração da Receita Corrente Líquida até quadrimestre; 11) Despesas com pessoal, inclusive o percentual gasto até o quadrimestre; 12) Receitas de Impostos e Transferências Constitucionais, desmembrados entre os impostos municipais, transferências da união e transferências do estado; 13) Aplicação na Educação com Recursos do Tesouro, demonstrando inclusive aplicação acima do mínimo constitucional exigido; 14) Aplicação no FUNDEB, demonstrando o valor liquidado até o momento; 15) Informações com folha de pagamento do FUNDEB exercício 2021. 16) Arrecadação mensal das receitas do FUNDEB; 17) Aplicação na Saúde com Recursos do Tesouro, Auxílios e Transferência, inclusive os valores repassados à ASAMAS (hospital), demonstrando aplicação acima do mínimo constitucional exigido. A seguir, o senhor presidente abriu a palavra por cinco minutos, para que os vereadores pudessem fazer uso, tendo a senhora Secretária de Administração e Finanças o mesmo tempo para responder, facultadas as réplicas e tréplicas; em seguida, fez uso da palavra o senhor Francisco de Souza Campos que cumprimentou a todos e questionou sobre valores referentes a contribuições do FUNDEB; a senhora Secretária respondeu a pergunta, demonstrando em gráfico os valores e exemplificando sobre o questionamento; o Sr. Francisco agradeceu; o Sr. Presidente questionou qual era a maior despesa gasta com o FUNDEB, onde se gastava mais e a Sra. Secretária respondeu, dentre outros comentários que dos 70% só poderia o pessoal do Magistério e aquela porcentagem ainda não dava e tiveram de empenhar a maior; explanou amplamente sobre o assunto, inclusive sobre questões de valores do PIB 1 e 2; a seguir, fez uso da palavra o Sr. Walter Luis Tozzi de Camargo, que cumprimentou todos questionando sobre incorporação do percentual de doze por cento no aumento do servidor, sobre o décimo terceiro e valores dos vales alimentação e refeição dos mesmos; a sra. Secretária respondeu todos os questionamentos pontuais, reforçando que a data base era março e o vale refeição seria naquela mesma semana corrente, explicando detalhes daquele procedimento; falou também sobre a forma de pagamento do décimo terceiro e férias, dentre outros comentários esclarecedores sobre o assunto; o Sr. Presidente falou sobre salto de arrecadação de dois meses que estava acompanhando e tinha uma diferença de valores (meses de março e novembro) e questionou o motivo daquele salto de arrecadação de ICMS em dois mil e vinte e um; a Sra. presidente explicou sobre os meses que tinham mais dias no calendário; falou das preocupações dela quanto aos que tinham menos dias para arrecadação que tiveram valores a menor posteriormente foram compensados na diferença; a seguir, fez uso da palavra o Sr. José Muniz manifestando suas dúvidas quanto a valores do contrato de Gestão do Hospital, e a sra. Secretária discorreu precisamente sobre



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



tais valores, explicando suas dúvidas; em seguida, o Sr. Presidente da Casa, vereador Afonso Lopes da Silva uso a palavra dizendo que as questões relacionadas ao FUNDEB deveriam ser muito bem explicadas, esclarecidas, para que não gerassem dúvidas e a sra. Secretária explicou todos os gastos, concordando com o Sr. Afonso sobre a transparência nas ações e informações e que o Executivo prezava por aquele entendimento; o Sr. Presidente da Audiência falou questionou sobre os valores do contrato do hospital e a sra. Secretária lembrou de situações específicas em período de pandemia; o Sr. Presidente questionou sobre a correspondência de alguns valores, os quais a sra. Secretária discorreu precisamente sobre todos eles; a seguir, o Sr. Francisco de Souza Campos questionou fora do microfone algo sobre valores, sendo que a sra. Secretária respondeu sobre recursos do Tesouro; a seguir, o Sr. Silvio Luiz Telles de Menezes, depois de cumprimentar todos, falou sobre sua dúvida quanto ao excesso de arrecadação e seus remanejamentos e questionou como eram feitos aquele remanejamentos; o sr. Presidente questionou qual foi a Secretaria que mais recebeu excesso de arrecadação no ano de dois mil e vinte e um a sra. Secretária respondeu suas dúvidas, exemplificando as suplementações, os repasses e as formas de remanejamentos aplicadas para cada caso específico; em seguida, o Sr. Silvio Luiz Telles de Menezes questionou sobre a possibilidade de criar lei para que o repasse fosse feito respeitando a proporção por Secretarias e justificou seu questionamento; a sra. Secretaria respondeu a pergunta dizendo que ela desconhecia sobre colocar um percentual na lei que era utilizado onde era necessário; exemplificou situações que utilizaram excesso de arrecadação; o Sr. Silvio Luiz Telles de Menezes justificou sua pergunta e agradeceu a explicação; a seguir, o Sr. Presidente questionou como estavam os empenhas, as licitações quanto a zeladoria urbana e a sra. Secretaria disse que não poderia responder pela Secretária de Obras, mas ela sabia que estavam ampliando seus serviços, as licitações e sugeriu encaminharem questionamentos à Secretária de Obras para maiores esclarecimentos; o Sr. Presidente questionou sobre valores do superávit para aquelas áreas e a sra. Secretária disse que posteriormente passaria em planilha aqueles valores; a seguir, fez uso da palavra o Sr. Vlademir Catarino, Assessor de Imprensa da Casa, que depois de cumprimentar a todos, transmitiu uma pergunta feita pelo cidadão de Jaguariúna, Sr. Pedro Sergio, que questionou qual o peso do valor arrecadado do IPTU no Orçamento do Município e se seria possível diminuir o valor cobrado do IPTU sem que o Orçamento fosse prejudicado; a sra. Secretária disse que o IPTU somava três virgula trinta e seis por cento, que ela já havia demonstrado no quadro de explicações; falou de matéria no Correio Popular dizendo que o menor reajuste da RMC foi o Município de Jaguariúna, com o maior desconto para pagamento a vista; a seguir, o Sr. Vlademir disse que tinha uma pergunta do Sr. Fábio morador do bairro Nova Jaguariúna, o qual afirmou



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



haver aprovação de reajuste na Câmara e se os índices de um e meio por cento em dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro já eram certos, ou se dependendo o Orçamento eles poderiam ser revistos; a sra. Secretária respondeu ao questionamento dizendo que aqueles percentuais já eram líquidos e certos porque a lei já havia sido aprovada; em seguida, o Sr. Presidente comentou sobre o reajuste do IPTU e perguntou quais foram os reajustes nas demais taxas e contribuições; a sra. Secretária disse que eram as mesmas taxas de dez e sessenta e sete, com exceção da taxa do lixo que foi diferente por ela estava sendo cobrada de forma diferente e que toda explicação daquela taxa do lixo constava na última folha do carnê do IPTU; o Sr. Presidente perguntou o que havia mudado na taxa do lixo e a sra. Secretária explicou as mudanças, dizendo até que tinha ido um projeto de lei para a Câmara; explicou sobre a transparência de informações a ser repassada para os municípios; o Sr. Presidente falou da porcentagem e da diferença de valor maior na CIP, e a sra. Secretária explicou a diferença de valores; o Sr. Presidente discorreu sobre a CIP lembrando da emenda feita pelo vereador Walter para que disponibilizasse no site oficial da prefeitura ao cidadão acesso à memória de cálculo e a sra. Secretária explicou sobre valores de desconto das taxas; o Sr. Presidente falou sobre a lei de disponibilidade de acesso à memória de cálculo no site da prefeitura e questionou a respeito e a sra. Secretária disse acreditar que estava disponível mas que ela iria conferir; o Sr. Afonso Lopes de Silva questionou sobre adequação da lei federal sobre o Saneamento Básico, e a sra. Secretária disse que estava correta a colocação para adequação da lei; em seguida, o Sr. Francisco de Souza Campos falou a respeito dos aumentos da CIP, da taxa de coleta de lixo e a sra. Secretária disse que a lei dizia que o que houvesse de despesa ela teria de repassar; falou do grande aumento da conta de energia, dentre outros comentários; o Sr. Francisco disse que muitos municípios não aplicaram o reajuste do IPTU, citando vários deles e a sra. Secretária, lendo matéria do jornal Correio Popular que falava da menor correção de taxa do Município de Jaguariúna; fez a leitura quase que total da matéria e discorreu sobre os comparativos; o Sr. Francisco falou do aumento superavitário e do restos a pagar; falou da representação do IPTU no Município e perguntou sobre a necessidade do valor que o cidadão pagaria a mais em dois mil e vinte e dois; a sra. Secretária explicou a necessidade; o sr. Presidente disse quanto ao comércio que foi bastante prejudicado no momento pandemia, lembrando o comércio pagaria seus impostos, taxas e contribuições, conforme os dias trabalhados; a sra. Secretária fez um comparativo do IPTU dos anos 2020 e 2021, citando a quantidade de imóveis que pagaram IPTU a vista no ano de 2020 e 2021, com uma diferença de dois mil duzentos e cinquenta imóveis a mais pagando a vista de um ano para outro; o sr. Presidente continuou falando das taxas em relação ao comércio e falou do projeto de lei na Casa sobre desconto de impostos para o comércio no



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



ano de 2021 por causa da pandemia, quando foram prejudicados; disse que o projeto ficou na Casa e não conseguiram explicar aos comerciantes e aquilo era preocupante para todo o comércio e questionou sobre benefícios aos comerciantes; a sra. Secretária explicou que nos anos de 2020 e 2021 o Município prorrogou os pagamentos das taxas aos comerciantes, e explicou sobre os benefícios próprios e benefício de categoria que era a renúncia de Receita, dizendo que quando havia renúncia de Receita era necessário colocar outra para suprir aquele desconto e ela achava que seria possível e estudarem os números para aqueles e benefícios; explicou detalhadamente sobre as possibilidades e a legalidade da causa; em seguida, o sr. Francisco questionou sobre a formula do cálculo do FUNDEB e a sra. Secretária explicou a formula o que o deixou esclarecido. A seguir, o senhor presidente agradeceu mais uma vez a presença de todos e perguntou se tinha alguém que gostaria de fazer uso da palavra, e não havendo, deu por encerrada aquela Audiência Pública de Metas Fiscais, naquele dia vinte e um de fevereiro de dois e vinte e dois. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Vereador Erivelton Marcos Proêncio
Presidente

Vereadora Ana Paula Espina de Souza Muniz
Vicé-Presidente

Vereador Francisco de Souza Campos
Secretário